

CARTA ABERTA À SOCIEDADE, ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL DO AMAZONAS.

A Universidade Pública, um importante patrimônio social, caracteriza-se por sua dimensão de universalidade na produção e transmissão das experiências culturais e científicas. Sem sombra de dúvida, a Universidade é constitutiva de qualquer processo estratégico de construção da identidade social. A dimensão pública das Universidades reside na sua capacidade de representação (social, intelectual, científica e ética) simultânea à capacidade de assegurar a produção do conhecimento inovador e crítico. Minimizadas essas condições, as funções sociais das Universidades ficam reduzidas à mera reprodução de estruturas, de relações e de valores. Ao perder a capacidade crítica que a configura como instituição importante no curso histórico da sociedade, a instituição deixa de ser uma Universidade para transformar-se em uma Escola de Nível Superior.

Caminhando na contramão dos acontecimentos, são funções da Universidade contribuir para a adequação das estruturas do Estado às aspirações democráticas e desempenhar um papel ativo frente aos desafios na preservação de sua autonomia criativa, de gestão e de liberdade de expressão. Assim compreendendo, em Assembleia Geral realizada pelos professores da Universidade do Estado do Amazonas, no dia 09 de março de 2015 e, posteriormente, em Assembleia Geral que reuniu docentes, discentes e técnico-administrativos, no dia 12 de março de 2015, no auditório anexo da Escola Normal Superior, a comunidade acadêmica discutiu o Projeto de Reforma Administrativa do atual Governo do Estado do Amazonas, deliberando pela elaboração desta Carta, na qual expressa sua compreensão sobre o referido projeto e marca sua posição sobre o regime político que o governo pretende para o Estado do Amazonas e, em particular, para Universidade do Estado do Amazonas.

As obras de renomados cientistas¹ esclarecem exaustivamente os efeitos perversos do modelo de organização que se inspira o projeto de Reforma Administrativa do Governo, calcado na concentração de poder. É sobre esses efeitos, que não podem ser deixados de lado pela comunidade acadêmica, que o presente documento pretende alertar.

O Projeto de Reforma Administrativa do Governo do Estado do Amazonas não representa uma novidade estratégica dos governos Latinos Americanos. Ele faz parte de um modelo organizacional, utilizados pelas sociedades europeias após as duas Grandes Guerras, até a década de 1950. Esse modelo abriga um padrão de relações bem característico entre o Legislativo-Executivo. Padrão esse que favorece forte concentração de poder nas mãos do governante, com a legitimidade de lideranças do bloco partidário de adesão ao mandatário do Estado, próprio dos regimes autoritários de bases personalistas, no qual o poder de agenda do executivo sobre o legislativo favorece a constituição de um sistema de controle com forte impacto sobre as instituições públicas, como se apresenta no Projeto de Reforma Administrativa do Governo do Estado do Amazonas.

No processo da reforma, o Governo põe em funcionamento um claro movimento de concentração de poder que permite dissolver ou aniquilar instituições importantes para a sociedade amazonense, incorporando-as a outras pastas por ele criadas e preservando

¹ ABRUCIO, Fernando Luiz, LOUREIRO, Maria Rita (organizadores.). **Estado numa era de reformas: os anos FHC**, Brasília: MP, SEGES 2002, constituída de vários volumes, fazem análise detalhada das relações entre o executivo e o legislativo e sobre a compactação de órgãos e a fragilização institucional que o modelo de concentração de poder (presidencialismo imperial) produz para a sociedade. O texto sobre as relações Executivo-Legislativo foi elaborado pela Professora Argelina Cheirub Figueiredo (UNICAMP) e Fernando Limongi (USP), ambos docentes de Ciências Políticas. O texto sobre os efeitos das mudanças macroestruturais pelo Doutor em Sociologia Valeriano Mendes Ferreira Costa, com a colaboração de bolsistas da UNICAMP. Abrucio acompanhou por dentro o projeto de reforma do Governo FHC.

algumas existentes. Um dos principais mecanismos é a inversão das relações entre o poder Legislativo e Executivo em favor do segundo. A agenda legislativa fica submetida à agenda do executivo; e o governo, revestido de legalidade institucional dado pelo bloco partidário de adesão. A Assembleia reduz drasticamente suas funções representativas e o Governo ganha ilimitada capacidade decisória. Esse modelo de organização, que se origina nas “democracias” europeias de pós-guerra, foi utilizado e difundido no Brasil pelo Governo FHC, não tem nada de inovador e é, nesse sentido, que se fala em retrocesso da democracia.

Nessa modalidade de “democracia” a questão da desigualdade social deixa de fazer parte da agenda pública. A solução para essa questão, como está configurada no Projeto de Reforma Administrativa, fica sob os auspícios da Secretaria de Administração Penitenciária, que ganha um *status* especial. A Secretaria de Ciência e Tecnologia, à qual estava vinculada a UEA, não teve tal merecimento! As Mulheres e os Movimentos Sociais também perdem seu *status* e a supersecretaria Secretaria de Comunicação (SECOM), promoção da antiga AGECOM, torna-se uma forte máquina de mídia de autopromoção do governante.

Outros aspectos da Reforma Administrativa proposta pelo Governo são espantosos, como a redução das Secretarias de Ciência e Tecnologia, e de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos, transformadas em órgãos da Secretaria de Planejamento - SEPLAN, produto da *velha ideologia desenvolvimentista* e utilizada como organismo de excelência da Ditadura Militar; a dissolução do Instituto da Terra, produto da luta dos trabalhadores, colocada pela Reforma ao lado do órgão responsável pela desapropriação de imóveis; as funções da Agência de Desenvolvimento Sustentável anexada à Secretaria de Produção Rural, abrangendo todo tipo de interesse; a Secretaria de Estado de Administração - SEAD, reduzida a Secretaria Executiva de Compras, Contratos e Comissão Geral de Licitação. Com esse quadro, inspirado no velho modelo organizacional do “presidencialismo imperial”, o Governo se sente satisfeito!

As consequências da concentração de poder, além de ser um retrocesso, se caracteriza pela pressão que será feita com mão de ferro nos ajustes econômicos das instituições: cortes orçamentários e medidas recessivas com efeitos sociais perversos. O modelo, que concentra poderes nas mãos dos governantes e suas lideranças partidárias, funciona como freio do sistema de representação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados. Reduzido o sistema de representação com o monopólio do bloco partidário de adesão, passam a predominar os jogos de “barganha horizontal” entre o governante, o bloco partidário, a burocracia estatal e as agências de interesse privatista. Diante desse quadro, o que pode se esperar? Qual será o destino das terras, dos recursos minerais e hídricos?

A Assembleia Legislativa não ficará isenta dos efeitos perversos, pois deixa de ser o *locus* decisório e de debates democráticos. Estreitam-se os lugares do debate público e de visibilidade das informações para os cidadãos. No que diz respeito às Instituições Públicas, o desenho da administração e suas reformas gerenciais estão profundamente imbricadas. Historicamente, esses desenhos estão associados à expansão e ao controle do poder governante na formação de outras estruturas hierárquicas, que reduzem as instâncias decisórias internas de cada instituição ao compactar os órgãos importantes para o desenvolvimento econômico e científico à supersecretaria, como assim é configurada a SEPLAN. Em outros termos, a supressão da autonomia das Instituições aniquiladas passa a ser regidas pelas regras do jogo dos interesses particulares, mediados pelas lideranças de coalisão palaciana.

Alerta-se para o fato de que, configuradas as reformas administrativas como legislação ordinária, outras leis, decretos e regulações vão se avolumar, na perspectiva de alinhar o forte sistema de controle que vai se montando. A facilidade de realinhamento em favor

do grupo de coalisão palaciana tem sérias implicações sobre as Políticas Públicas. A rede de coalisão envolve agências munidas de interesses privados que bloqueiam qualquer tentativa de mudança em defesa de seus interesses. A ideologia da gerência, calcada na racionalização, redução de custos e melhoria de desempenho passa a orquestrar os parâmetros desse tipo de modelo organizacional e as Instituições Públicas são forçadas a seguir diapasão do alinhamento, cuja chave é a redução de custos.

As instituições que tratam das questões sociais (educação, saúde, cidadania) serão as mais afetadas: seus programas serão compactados e sobre elas incidirá o maior corte de verbas em favor do *crescimento econômico* que o governo pretende acelerar. As instituições científicas terão que realinhar seu curso nessa direção. Com a submissão dessas instituições aos interesses privatistas, o caráter público fica praticamente aniquilado. O Estado, representante das dimensões públicas, foi capturado!

E como fica a Universidade? Os dirigentes da Universidade do Estado do Amazonas não percebem que se alojar nos acordos palacianos não é a solução para UEA? Ou se acham capazes de barganhar palacianamente, concorrendo com as lideranças e as agências privatistas coladas ao executivo? Quais as “funções” que a ela caberá no emaranhado jogo de interesses? Qual o destino de sua produção científica e intelectual? O que garante a função social da universidade não é a intimidade dos seus gestores com o os interesse desse grupo de coalisão, mas as relações que ela tem com a sociedade, com a democracia, com a produção do conhecimento científico em todas as áreas e com o compromisso ético com os cidadãos e a comunidade acadêmica.

As previsões otimistas dos dirigentes da UEA não são muito convincentes. Nesse sistema de aliança os reitores continuarão com o *pires na mão* para conseguir a dotação orçamentária que cabe a Universidade. O ovo de ouro destinado à Universidade é na construção da sede, em Iranduba. No jogo do poder, as empreiteiras se empenharão em abocanhar os trezentos milhões previstos (sem contar com os acréscimos de custos) para construir *Tebas das sete Portas, o Templo de Aquiles e a Biblioteca de Alexandria*. As Unidades Acadêmicas do interior (Tefé, Tabatinga, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Lábrea, Itacoatiara) pagarão o preço quando as verbas escoarem para a magnânima obra.

A Universidade deixará de ser um instrumento para a construção da identidade, sua natureza será desconfigurada, ganhará outro formato; sua autonomia administrativa, científica e sua estrutura organizativa reordenada e ressignificadas por sucessivas agendas legislativas; sua política científica submetida aos interesses políticos e econômicos que passam a controlar o legislativo e a burocracia governamental.

O que impediu o Governo de transformação da Universidade do Estado do Amazonas em um órgão do gabinete governamental foi o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, atropelado “inocentemente” pelo PL n °043/2015. Mas o contexto atual, que apresenta fortes indicadores do endurecimento do regime político com a supressão dos direitos democráticos pode levar a UEA para outro destino. Os desdobramentos das orientações que serão dadas no curso da gestão da UEA vão identificar o lugar político que sua gerência representa.

Comunidade Acadêmica da UEA

Manaus, 18 de março de 2015